

**ÍNDICE****CAPÍTULO I****DO INQUÉRITO POLICIAL**

1. Razão de ser do inquérito .....	7
2. Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Judiciária .....	8
3. Fixação das atribuições da Polícia Judiciária .....	8
4. Finalidade do inquérito policial .....	8
5. Caracteres do inquérito policial .....	9
6. Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial ....	9
7. Prazo para a conclusão do inquérito .....	11
8. Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito? .....	12
9. É indispensável o inquérito? .....	12
10. Qualificação direta ou indireta do indiciado .....	12
11. O relatório .....	12
12. A condução coercitiva do indiciado .....	13
13. Como se inicia o inquérito policial? .....	13
14. Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condi- cionada ou de ação privada? .....	14
15. Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada?	15
16. Modelo de portaria. Observações sobre a portaria .....	16
17. Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações .....	18
18. Modelo de requisição do Juiz. Observações .....	19
19. Modelo de requerimento da vítima. Observações .....	20
20. Modelo de representação (reduzida a termo). Observações .....	23
21. Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Obser- vações .....	24
22. Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações .....	27

**CAPÍTULO II****DA PRISÃO EM FLAGRANTE**

1. O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo .....	33
2. Sentido da expressão <b>flagrante delicto</b> .....	36

3. Fundamento da prisão em flagrante .....	36
4. As modalidades de flagrante .....	37
5. Sujeito ativo e sujeito passivo na prisão em flagrante .....	38
6. A prisão em flagrante como ato administrativo .....	40
7. A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada .....	40
8. Como se lavra um auto de prisão em flagrante .....	40
9. Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto .....	41
10. Prazo para a conclusão do inquérito iniciado através de auto de prisão em flagrante .....	41
11. O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante .....	42
12. O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais .....	42
13. Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva? ...	43
14. Observações sobre a prisão em flagrante .....	43

### CAPÍTULO III

#### DA FUNÇÃO ANÔMALA DA AUTORIDADE POLICIAL

1. Outras funções cometidas à autoridade policial. A função de dar início ao procedimento nas contravenções e no homicídio e na lesão corporal culposos ....	50
2. Como se inicia o <b>processo</b> nas contravenções e no homicídio e na lesão corporal culposos .....	51
3. Trata-se de processo ou de procedimento? .....	52
4. Modelo de auto de prisão em flagrante nas contravenções .....	52
5. Observações sobre o procedimento sumário .....	55
6. Procedimento iniciado pela autoridade policial .....	58
7. Procedimento contravencional iniciado por auto de prisão em flagrante presidido pela autoridade policial .....	58
8. Contravenção inafiançável .....	60
9. Procedimento contravencional iniciado por auto de prisão em flagrante presidido pelo Juiz .....	60
10. Nomeação de curador para o menor .....	61
11. Crime e contravenção conexos .....	61
12. Procedimento contravencional iniciado através de portaria da autoridade policial .....	62
13. Procedimento contravencional iniciado através de portaria do Juiz .....	62
14. Modelo de portaria da autoridade policial no processo de contravenção .....	63
15. Observações .....	63
16. O Ministério Público no procedimento contravencional .....	64
17. É recorrível o despacho do Juiz que indefere requerimento do Promotor para baixar portaria? .....	65
18. Contravenção atinente à fauna e à flora .....	66
19. Pode o Promotor aditar a portaria da autoridade policial? .....	66
20. Modelo de portaria expedida pelo Juiz .....	66
21. Modelo de denúncia nas contravenções .....	67
22. Procedimento sumário nos crimes de homicídio e lesão corporal culposos ....	68
23. Modelo de portaria para o homicídio ou lesão corporal culposos .....	69
24. Observações .....	70
25. O assistente de acusação .....	73
26. A nova Constituição .....	78

## CAPÍTULO IV

### DA AÇÃO PENAL

1. Direito de ação .....	79
2. O processo .....	80
3. O processo, forma civilizada para a composição dos litígios .....	81
4. Ação penal: conceito .....	81
5. Classificação subjetiva da ação penal .....	82
6. Como se inicia a ação penal: através da denúncia ou queixa .....	83
7. As condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para agir e interesse de agir .....	83
8. Condições específicas da ação .....	85
9. Rejeição da denúncia ou queixa .....	86
10. Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa? .....	87
11. Pode o Promotor desistir da ação penal? .....	87
12. Como se instaura o processo .....	87
13. Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que providências pode tomar? .....	88
14. Que deve conter a denúncia? .....	88
15. Modelo de denúncia .....	88
16. Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao receber os autos do inquérito .....	89
17. Prazos para a denúncia .....	90
18. O despacho do Juiz recebendo a denúncia .....	91
19. Outras observações .....	92
20. Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências .....	93
21. Observações .....	94
22. Pode a autoridade policial deixar de realizá-las? .....	94
23. Pedido de arquivamento: modelo .....	95
24. Observações .....	95
25. Arguição de incompetência: modelo .....	98
26. Conflito de atribuições .....	100

## CAPÍTULO V

### DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Observações sobre a queixa .....	105
2. A decadência do direito de queixa .....	107
3. Procedimento do Juiz ao receber a queixa .....	107
4. A queixa nos crimes contra a honra. A preempção .....	109
5. O perdão .....	110
6. Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa? .....	110
7. As custas do processo .....	113
8. Modelo de queixa .....	114
9. Modelo de procuração .....	115

## CAPÍTULO VI

## DA DEFESA PRÉVIA

1. É a defesa prévia obrigatória ou facultativa? .....	117
2. Exemplo de defesa prévia .....	118
3. Observações sobre a defesa prévia .....	118

## CAPÍTULO VII

## DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1. O assistente de acusação .....	123
2. Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente? .....	123
3. A função do assistente .....	124
4. Ouvida do Ministério Público .....	125
5. Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir? .....	125
6. Atividade do assistente .....	125
7. Em que hipóteses pode recorrer? .....	126
8. Prazo para a interposição de recurso pelo assistente .....	127
9. Pode o Poder Público intervir como assistente? .....	128
0. Nos chamados <b>processos sumários</b> , iniciados pela autoridade policial, pode a vítima intervir como assistente? .....	129
1. A intimação da sentença .....	130
2. Modelos de pedido de habilitação de assistente .....	130
3. Modelo de procuração .....	131

## CAPÍTULO VIII

DO INCIDENTE DA INSANIDADE MENTAL  
DO ACUSADO

1. O fato típico .....	133
2. A antijuridicidade .....	134
3. A culpabilidade .....	135
4. A imputabilidade .....	135
5. A importância do exame de sanidade .....	136
6. Critérios para se aferir a inimputabilidade .....	136
7. Os menores de 18 anos .....	137
8. Os doentes mentais .....	137
9. A embriaguez .....	138
0. A fusão dos elementos etiológico e psicológico .....	139
1. Como se comprova a inimputabilidade? .....	139
2. Oportunidade para o exame de Insanidade .....	141
3. Legitimidade .....	141
4. Procedimento .....	142
5. Formulação dos quesitos .....	143
6. A doença mental antes e depois da prática da infração .....	143
7. Fica o Juiz vinculado à perícia? ..	144

## CAPÍTULO IX

### DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento .....	145
2. Processo e procedimento .....	145
3. Procedimento nas hipóteses de foro privilegiado .....	147
4. Procedimento-regra para os crimes apenados com reclusão .....	148
5. Crimes apenados com reclusão sujeitos a procedimentos especiais .....	150
6. Crimes da competência do Júri. A primeira fase .....	152
7. Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação .....	153
8. Pronúncia. Efeitos. Libelo. Contrariedade .....	155
9. A competência do Tribunal do Júri .....	160
10. O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <b>veredicta</b> .....	160
11. Organização e funcionamento do Júri .....	164
12. Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassificação .....	180
13. Modelo de sentença absolutória .....	181
14. Modelo de sentença condenatória .....	182
15. Modelo de sentença em caso de desclassificação .....	183
16. Questionário .....	187

## CAPÍTULO X

### DOS OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

#### CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO

1. O procedimento dos processos por crimes falimentares .....	202
2. O foro competente .....	203
3. O inquérito judicial .....	203
4. É contraditório este inquérito? .....	204
5. O não-oferecimento de denúncia no juízo falencial impede a propositura da ação no juízo criminal? .....	205
6. Quando é possível a denúncia no juízo criminal .....	206
7. Quando é possível a queixa no juízo criminal e no juízo falencial .....	207
8. Prazos .....	209
9. A importância da sentença declaratória da falência .....	211
10. A ação penal nas pequenas falências .....	212
11. O procedimento dos processos por crimes de imprensa .....	214
12. Os prazos prescricionais .....	215
13. O procedimento .....	216
14. Pode haver inquérito policial nos crimes de imprensa? .....	218
15. O procedimento dos processos por crimes eleitorais .....	218
16. O procedimento dos processos por crimes de responsabilidade de prefeitos municipais .....	220
17. Entorpecentes .....	223
18. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos .....	229

## CAPÍTULO XI

DO PROCEDIMENTO PARA OS CRIMES APENADOS  
COM DETENÇÃO

1. O procedimento comum para os crimes apenados com detenção .....	230
2. O procedimento especial para os crimes apenados com detenção .....	231
3. O procedimento dos processos por homicídios e lesões corporais culposos ..	232
4. O procedimento dos processos por crimes de abuso de autoridade .....	232
5. O procedimento nos crimes contra a economia popular .....	233
6. Crimes de imprensa apenados com detenção: procedimento .....	234
7. Crimes da competência do Júri apenados com detenção: procedimento .....	235
8. Crimes falimentares apenados com detenção: procedimento .....	235
9. Crimes de responsabilidade de prefeitos .....	235
0. Crimes contra a propriedade imaterial: procedimento .....	235
1. Crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público, quando apena- dos com detenção: procedimento .....	239
2. Crimes contra a honra: procedimento .....	241
3. Entorpecentes .....	246

## CAPÍTULO XII

## DO PROCEDIMENTO CONTRAVENCIONAL

1. Preliminares .....	247
2. O procedimento especial para as contravenções .....	247
3. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo de bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações? ....	250
4. O procedimento das contravenções eleitorais .....	257

## CAPÍTULO XIII

## DAS ALEGAÇÕES

. Alegações finais: exemplo .....	260
. Observações sobre as alegações finais .....	262
. As alegações orais, ou debates, nos denominados <b>processos sumários</b> .....	264

## CAPÍTULO XIV

## DA SENTENÇA

. Sentença absolutória: exemplo .....	267
. Sentença condenatória: exemplo .....	268
. Observações sobre a sentença .....	271

## CAPÍTULO XV

## DO LIBELO

1. Noções sobre o libelo .....	282
2. Pode a pronúncia, após o preclusão <b>pro judicato</b> , ser alterada? .....	283
3. Exemplo de libelo .....	283
4. Observações sobre o libelo .....	284
5. Libelo em série .....	284
6. Outros modelos .....	286
7. Contrariedade do libelo .....	288

## CAPÍTULO XVI

## DAS NULIDADES

1. Noções sobre atipicidade do ato processual .....	290
2. Inexistência, nulidade e irregularidade do ato processual .....	291
3. Nulidade absoluta .....	292
4. Nulidade relativa .....	292
5. Atos essenciais ou estruturais .....	293
6. Atos não-essenciais .....	293
7. Formalidades essenciais .....	295
8. Outra observação sobre a nulidade absoluta .....	297
9. Momento para a arguição de nulidade .....	297

## CAPÍTULO XVII

## DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades .....	298
2. Fundamento .....	299
3. Pressupostos lógico e fundamental .....	300
4. Classificação da sucumbência .....	300
5. Pressupostos recursais objetivos .....	303
6. Pressupostos recursais subjetivos .....	308
7. Juízo de admissibilidade, ou prelibação .....	308
8. Extinção anormal dos recursos .....	309
9. Classificação dos recursos. Recursos ordinários e extraordinários .....	309
10. Recursos voluntários e necessários .....	310
11. Efeitos dos recursos .....	311

## CAPÍTULO XVIII

## DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. Exemplo de Interposição .....	313
2. Exemplo de razões .....	314

3. Exemplo de contra-razões .....	315
4. Observações .....	317
5. O recurso em sentido estrito .....	319
6. É taxativa a enumeração feita pelo art. 581? .....	320
7. Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito? .....	320
8. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separados? .....	320
9. Prazo para razões e contra-razões .....	321
10. Pode o Juiz retratar-se? .....	321
11. E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer? .....	322
12. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito? .....	322
13. Quando é que o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça? .....	323
14. É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça ou ao Tribunal de Alçada? .....	324
15. As decisões que comportam recurso em sentido estrito .....	325
16. Modelo de interposição de recurso <b>por termo nos autos</b> (recurso interposto oralmente) .....	327

## CAPÍTULO XIX

### DO RECURSO DE APELAÇÃO

1. Exemplo de interposição de recurso de apelo .....	329
2. Exemplo de razões .....	330
3. Exemplo de contra-razões .....	332
4. Noções .....	335
5. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação? .....	335
6. Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo? .....	336
7. Como se interpõe a apelação? .....	336
8. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões .....	337
9. Quando da interposição de recurso, nas razões e contra-razões podem ser juntados documentos? .....	338
10. Pode o apelante protestar pelo oferecimento de suas razões na superior instância? .....	338
11. A quem é endereçado o recurso de apelo? .....	339
12. Apelação plena e limitada .....	339
13. Prazo para a remessa dos autos à superior instância .....	339
14. Pressupostos próprios do recurso de apelo .....	340
15. Extinção anormal da apelação .....	341
16. Em qualquer apelação, funciona o juízo <b>ad quem</b> sempre como <b>judicium rescindens</b> e <b>judicium rescisorium</b> ? .....	341
17. A apelação sobe nos próprios autos? .....	344
18. O § 4.º do artigo 593 .....	344
19. A apresentação de razões na superior instância somente é possível na apelação? .....	344
20. Apelação sumária e apelação ordinária .....	345
21. Efeitos do recurso de apelação .....	345
22. Tem a apelação do assistente efeito suspensivo? .....	345
23. A proibição da <b>reformatio in pejus</b> .....	346

## CAPÍTULO XX

## DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Modelo de interposição .....	351
2. Noções .....	352
3. É exclusivo da defesa? .....	352
4. Quando cabe .....	352
5. Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto? .....	353
6. Pode a defesa protestar e apelar? .....	355
7. Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri? .....	355
8. Realizado o segundo julgamento, pode o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento? .....	355
9. Razão histórica do protesto .....	356
10. Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada? .....	360
11. Pode o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento? .....	361

## CAPÍTULO XXI

## DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Modelo de interposição com as respectivas razões .....	362
2. Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça .....	364
3. Considerações preliminares .....	366
4. Os embargos infringentes e de nulidade .....	367
5. Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento .....	368
6. São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não-unânime de segunda instância? .....	370
7. Os embargos na Suprema Corte .....	371
8. A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar .....	373
9. Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia? .....	373

## CAPÍTULO XXII

## DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Modelo .....	374
2. Generalidades .....	375
3. Quando podem ser opostos .....	375
4. A quem são dirigidos .....	375
5. Procedimento .....	376
6. Cabe recurso do despacho do relator que indefere o requerimento liminarmente? .....	376
7. Quem pode interpor os embargos? .....	377
8. Quem os julga? .....	377
9. Os embargos na inferior instância .....	377
10. Retratabilidade .....	377
11. Suspendem o prazo de outro eventual recurso? .....	378

## CAPÍTULO XXIII

## DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. Exemplo de interposição de carta testemunhável .....	379
2. Exemplo de razões .....	380
3. Exemplo de contra-razões .....	382
4. Observações sobre a carta testemunhável .....	384
5. Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável? ....	385
6. O prazo para ser requerida a carta testemunhável .....	387
7. A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante .....	387
8. Tem a carta testemunhável efeito suspensivo? .....	388
9. Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância? .....	388
10. Razões históricas da carta testemunhável .....	388
11. Como se conta o prazo .....	389

## CAPÍTULO XXIV

## DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Modelo .....	390
2. Exemplo de razões .....	391
3. Exemplo de contra-razões .....	393
4. Generalidades .....	394
5. Cabimento .....	394
6. Admite-se a correição no processo civil? .....	395
7. Origem .....	395
8. Surgimento da correição no Estado de São Paulo .....	395
9. É inconstitucional? .....	395
10. É recurso? .....	396
11. Procedimento .....	397

## CAPÍTULO XXV

## DO "HABEAS CORPUS"

1. Exemplo de impetração de <b>habeas corpus</b> perante o Juiz de Direito .....	399
2. Consideração sobre o <b>habeas corpus</b> .....	401
3. É o <b>habeas corpus</b> um recurso? .....	402
4. A doutrina brasileira do <b>habeas corpus</b> .....	403
5. Pode o <b>habeas corpus</b> ser impetrado por qualquer pessoa? .....	403
6. Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <b>habeas corpus</b> de ofício? .....	404
7. Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <b>habeas corpus</b> ? .....	404
8. A competência originária .....	404
9. A competência recursal .....	408
10. Se, impetrada a ordem de <b>habeas corpus</b> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada? .....	410
11. Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <b>habeas corpus</b> ? .....	410

12. Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <b>habeas corpus</b> , que recurso será oponível? .....	410
13. Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que providência poderá ser tomada? .....	410
14. Alguns casos de <b>habeas corpus</b> .....	411
15. As informações a serem prestadas pela autoridade coatora .....	412
16. Exemplo de <b>habeas corpus</b> impetrado ao Tribunal de Alçada .....	413
17. Outras observações sobre o <b>habeas corpus</b> .....	416
18. A sustentação oral do <b>habeas corpus</b> .....	417
19. Exemplo de <b>habeas corpus</b> impetrado ao Supremo Tribunal Federal .....	417
20. Outras observações sobre o <b>habeas corpus</b> .....	419
21. Pode o pedido de <b>habeas corpus</b> ser reiterado? .....	419
22. Pode o <b>habeas corpus</b> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem? .....	420
23. E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário? .....	420
24. Nas transgressões disciplinares cabe <b>habeas corpus</b> ? .....	421
25. E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <b>habeas corpus</b> , que providência poderá ser tomada? .....	421
26. Pode ser impetrada ordem de <b>habeas corpus</b> contra ato do particular? .....	422
27. O <b>habeas corpus</b> preventivo e o liberatório .....	423
28. Finalidade do <b>habeas corpus</b> .....	425
29. Apresentação do paciente .....	426
30. Sanções .....	426
31. Pedido de informações .....	426
32. Intervenção do Ministério Público .....	426
33. Como pode ser impetrada a ordem? .....	427
34. Concessão .....	427
35. Não-cabimento .....	428
36. O direito protegido pelo <b>habeas corpus</b> .....	428
37. Foi a palavra <b>iminência</b> , contida no corpo do art. 647 do Cód. de Proc. Penal abolida pela Constituição? .....	429
38. Liminar em <b>habeas corpus</b> .....	429

## CAPÍTULO XXVI

### DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1. Exemplo de interposição .....	432
2. Exemplo das razões .....	433
3. Exemplo de parecer da Procuradoria .....	437
4. Os dois tipos de recurso ordinário-constitucional .....	438
5. O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese dos arts. 129, § 2.º, e 119, II, b, da Magna Carta .....	438
6. Trata-se de verdadeira "apelação especial" .....	439
7. Providência contra a denegação de recurso criminal ordinário-constitucional ...	439
8. O recurso criminal ordinário-constitucional na hipótese do art. 129, § 1.º, da Magna Carta .....	439
9. Razão de ser do recurso criminal ordinário-constitucional .....	440
10. O recurso ordinário-constitucional .....	441
11. Procedimento .....	442

## CAPÍTULO XXVII

## DA REVISÃO CRIMINAL

1. Exemplo de propositura de revisão criminal .....	444
2. Apresentada a petição, que providência deve ser tomada? .....	446
3. Generalidades .....	446
4. O erro judiciário e a coisa julgada .....	448
5. A revisão <b>pro societate</b> .....	449
6. A revisão criminal no Brasil .....	450
7. A natureza jurídica .....	451
8. Pressuposto primordial da revisão .....	452
9. Oportunidade .....	452
10. Legitimidade .....	452
11. Pode o Ministério Público requerer a revisão? .....	454
12. A revisão e a decisão do Júri .....	454
13. Competência .....	456
14. Os fundamentos do pedido .....	457
15. Extinção da punibilidade .....	458
16. Unificação de penas .....	459
17. Revisão para aumentar a pena .....	460
18. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido? .....	460
19. Precisa o condenado recolher-se à cadeia? .....	460
20. Conversão em diligência .....	461
21. As regras dos arts. 621 e 626 do CPP .....	461
22. Absolvição e revisão .....	462
23. Prazo .....	462
24. O pedido .....	462
25. Procedimento .....	463
26. Julgamento .....	464
27. Improcedência .....	464
28. Procedência .....	465
29. Conseqüências .....	465
30. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena? .....	466
31. Reiteração .....	468
32. Sentença estrangeira .....	468
33. A Justiça Eleitoral .....	468
34. Morte do condenado .....	469
35. A indenização .....	469

## CAPÍTULO XXVIII

## DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais .....	471
2. Recurso extraordinário: conceito, razão de ser .....	472
3. A denominação <b>extraordinário</b> .....	473
4. Outras funções do Supremo Tribunal Federal .....	473
5. Quando é cabível o recurso extraordinário? .....	474
6. Legitimidade .....	482

7. Procedimento .....	483
8. Denegação. Recurso oponível .....	485
9. Deve o agravo de instrumento obedecer às disposições do CPC ab-rogado? ...	485
10. Procedimento no juízo <b>ad quem</b> .....	486
11. Problemas especiais .....	486
12. Súmulas .....	488
13. Modelos .....	489

## CAPÍTULO XXIX

### DOS AGRAVOS

1. Modelo de agravo de instrumento .....	499
2. Os agravos no processo penal .....	501
3. O agravo de instrumento .....	501
4. O agravo inominado .....	503
5. O agravo regimental .....	505
6. O recurso inominado .....	505